Pouso Alegre, 20 de maio de 2025.

PARECER DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO:

A Comissão de Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais, para exame da **Emenda nº 10 do Projeto de Lei Nº 1.572/2025 que CRIA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE DA PRESENTE COMISSÃO:

Conforme o artigo 67, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, a esta Comissão de Segurança Pública, cabe especificamente, nos termos do art. 71-H, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Segurança Pública analisar, discutir e emitir pareceres sobre todas as proposições que versem sobre segurança pública no âmbito municipal, inclusive aquelas relacionadas à criação, organização e funcionamento de órgãos voltados à proteção da população e do patrimônio público.

A criação da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre está diretamente vinculada à temática da segurança pública, uma vez que se trata de um órgão destinado a atuar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais, bem como na prevenção da violência e na promoção da segurança cidadã. Assim, a matéria se insere com clareza no campo de atuação desta Comissão.

Ademais, a legitimidade para a emissão deste parecer decorre da competência legislativa do Município e do papel fiscalizador e deliberativo das comissões permanentes desta Casa, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.

Dessa forma, esta Comissão se considera plenamente competente e legitimada para exarar parecer técnico e político sobre a presente emenda projeto de lei.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

A Emenda nº 10 ao Projeto de Lei nº 1.572/2025, que trata da criação da Guarda Civil Municipal de Pouso Alegre, propõe a inclusão do §1º no artigo 8º do referido projeto, renumerando-se o atual parágrafo único como §2º. A emenda estabelece que a formação continuada dos agentes da Guarda incluirá, obrigatoriamente, conteúdos relacionados aos direitos humanos, com atenção especial a temas voltados às mulheres, população negra, LGBTQIAPN+, pessoas em situação de rua, idosos e crianças. A proposta ainda permite a adaptação da matriz curricular nacional elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) como base para essa formação.

A Comissão de Segurança Pública entende que a emenda é extremamente oportuna e necessária, tanto do ponto de vista legal quanto social e institucional. Ao prever a capacitação contínua dos agentes da Guarda Municipal com foco em direitos humanos, a proposta atende aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente no artigo 144, que trata da segurança pública como dever do Estado e direito de todos, a ser exercida com respeito aos direitos e garantias fundamentais. Além disso, a medida está em total consonância com a Lei nº 13.675/2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a qual prevê o treinamento continuado em direitos humanos para os agentes de segurança em todos os níveis.

A formação proposta também responde de forma concreta a uma realidade preocupante: dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023 apontam que mais de 80% das vítimas de violência policial no Brasil são pessoas negras. Essa estatística alarmante reforça a necessidade urgente de qualificação profissional que promova abordagens humanizadas, reduzindo a possibilidade de violência institucional e garantindo um atendimento mais adequado e empático aos segmentos mais vulnerabilizados da população.

Do ponto de vista prático e operacional, a medida também traz ganhos expressivos. Guardas civis capacitados estarão mais preparados para aplicar corretamente legislações específicas como a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto da Criança e do Adolescente, atuando com maior competência no atendimento e proteção de mulheres, crianças, pessoas negras e demais grupos em situação de vulnerabilidade social.

Sob a perspectiva estratégica, a aprovação da emenda representa o compromisso do município com a consolidação de uma política de segurança pública cidadã, voltada para a promoção da dignidade humana. Alinha-se ainda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, notadamente os ODS 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes), reforçando o papel da Guarda Civil Municipal como promotora de justiça social e defensora dos direitos fundamentais.

CONCLUSÃO:

O relator da Comissão Permanente de Segurança Pública, **EXARA PARECER FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO DA EMENDA Nº 10 AO PROJETO DE LEI Nº 1.572/2025.**

Vereador Israel Russo
Presidente

Vereador Delegado Renato Gavião
Relator

Vereador Fred Coutinho
Secretário